



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

FRANCISCA ADRIANA BEZERRA VERÔNICA

**ASSISTÊNCIA SOCIAL X FAMÍLIA: OS IMPACTOS CAUSADOS NA VIDA DAS
CRIANÇAS E ADOLESCENTES FRENTE AOS CONFLITOS FAMILIARES.**

Juazeiro do Norte / CE
2020

FRANCISCA ADRIANA BEZERRA VERÔNICA

ASSISTÊNCIA SOCIAL X FAMÍLIA: OS IMPACTOS CAUSADOS NA VIDA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES FRENTE AOS CONFLITOS FAMILIARES.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.^a Esp. Jácса Vieira de Caldas.

Juazeiro do Norte / CE
2020

FRANCISCA ADRIANA BEZERRA VERÔNICA

ASSISTÊNCIA SOCIAL X FAMÍLIA: OS IMPACTOS CAUSADOS NA VIDA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES FRENTE AOS CONFLITOS FAMILIARES.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio.

Orientadora: Prof.^a Esp. Jácса Vieira de Caldas.

Data de aprovação: 16/07/2020

Banca Examinadora

Prof. Esp. Jácса Vieira de Caldas.

Orientadora

Prof. Esp. Francisca Helaide Leite Mendonça Fernandes

1º Examinador

Prof. Mr. Sheyla Alves Dias

2º Examinador

Dedicatória....

Dedico este trabalho aos meus pais que tudo fizeram para que eu chegasse até aqui, e a mim mesmo pela minha força de vontade e coragem porque não é fácil.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pois sem a sua presença na minha vida nada iria dar certo, não foi fácil chegar até esse momento do ensino superior, houve bastantes obstáculos, principalmente um marco histórico que aconteceu na minha vida, que fui enganada por uma faculdade a distância que perdi tempo e dinheiro. Agradeço também a minha pessoa por minha força de vontade de sempre ir atrás dos meus objetivos pois conciliar estudo e trabalho não é fácil.

Agradeço a minha família que é o exemplo de força e garra, aos meus pais José Verônica Filho e Francisca Bezerra Verônica, que apesar das dificuldades criaram nove filhos e a maioria fez ensino superior com a determinação de cada um ir em busca dos seus objetivos, pois não foi fácil só nós sabemos o que cada um passou para concluir.

Ao meu noivo Junior Monteiro que teve toda paciência comigo e sempre preocupado com meus estudos, por ser um homem tão incrível e maravilhoso, por estar comigo para tudo ao meu lado. Obrigado amor te amo! Quero você até o fim dos meus dias.

Aos meus amigos durante a graduação Jessica Verônica, Edson Acidio, por todos os momentos de alegria e tristeza, foram momentos que será marcado em minha memória e tenho um enorme carinho por eles.

A minha amiga Larisse Pequeno, que nos encontramos já no final do curso mais foi e é uma amizade verdadeira que quero leva por resto da minha, pois ela é uma mulher de grandes qualidades, tirando o abuso dela igual ao o meu por isso que somos tão parecidas no jeito, que me deu uma sobrinha linda sua filha Helena que tenho o maior amor por ela, pois elas fazem parte da minha vida. Amo você amiga e (Minha Filha) Helena.

Agradeço a todos os meus colegas durante a graduação de uma forma geral, por estar todos juntos em todos os momentos, tornando nossas noites alegres com o jeito de cada, compartilhando conhecimento, suas vidas, seus medos, angustias, medo nas provas, nos seminários, cada uma apoiando com sua forma de ajudar, foi uma turma maravilhosa, obrigados a todos!

A minha professora e orientadora, Jácса Vieira que é o ser humano incrível, um ser de luz que merece toda felicidade do mundo, uma pessoa que tem mais qualidade do que defeito, que não tenho palavras para descrever porque palavras não é o suficiente, além de ser uma pessoa maravilhosa é uma excelente profissional que admiro muito que quando crescer quero ser igual a ela, uma profissional qualificada, humilde, linda, inteligente enfim tem tantas

qualidades que uma lauda desse agradecimento seria pouco, obrigado por tudo Jácsa por toda orientação e carinho.

Agradeço a Sarah, Jailson (in memoria), Leticia, e meu grande amor Duda minha filha de coração, por fazer parte da minha vida e ser minha segunda família, pois vocês têm um grande significado na minha vida, amo muito vocês e agradeço a Deus por ter colocado em minha vida, obrigado por tudo.

Enfim obrigados a todos os professores, amigos e colegas por essa trajetória desse tempo juntos, não tem como não esquecer de vocês, pois cada um tem sua essência e importância na minha vida.

É preciso amar as pessoas como se não houvesse o amanhã. (Legião Urbana).

RESUMO

Está presente pesquisa obteve como estudo a Política de Assistência Social x Famílias: os impactos causados na vida das Crianças e Adolescentes frente aos conflitos familiares. O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos pelos conflitos familiares na vida das crianças e adolescentes. Quando a metodologia utilizada apresenta-se um trabalho bibliográfico, com levantamento de hipótese e o método dialético. Esse estudo se qualificou em três capítulos, o primeiro capítulo relata a trajetória da política da Assistência social com a relação com a família, o segundo aborda o sistema capitalista frente às expressões da questão social, e por último trazendo os impactos causados dos conflitos familiares frente às crianças e adolescente, a partir da pesquisa bibliográfica. Pois entende-se com essa pesquisa bibliográfica os autores abordados na realização desse trabalho que teve sua suma importância para atingimos os nossos receptivos objetivos de estudo diante desse trabalho frente aos conflitos familiares onde as políticas públicas e os serviços sociais possam proporcionar uma qualidade de vida melhor para essas famílias. Com o resultado dessa pesquisa percebe-se que a atuação dos profissionais da assistência social vem desenvolvendo um trabalho qualificado para as famílias que vivem em conflitos familiares sabia lidar com esses obstáculos da vida para que as crianças e adolescentes tenha uma infância saudável no seio familiar.

Palavras-chave: Conflitos familiares. Assistência Social. Crianças e Adolescentes. Qualidade de vida

ABSTRACT

This related research obtained as a study the Social Assistance Policy x Families: the impacts caused on the lives of Children and Adolescents in the face of family conflicts. This work aims to analyze the impacts of family conflicts on the lives of children and adolescents. When the methodology used is presented a bibliographic work, with a hypothesis survey and the dialectic method. This study qualified in three chapters, the first chapter reports the trajectory of the Assistance, Social policy with the relationship with the family, the second addresses the capitalist system in the face of the expression of the social issue, and finally bringing the impacts caused by family conflicts in front of children and adolescents, based on bibliographic research. Because it is understood with this bibliographic research the authors approached in the accomplishment of this work that had its paramount importance to reach our receptive study objectives in the face of this work in the face of family conflicts where public policies and social services can provide a better quality of life for these families. With the result of this research, it is clear that the work of social assistance professionals has been developing qualified work for families that live in family conflicts, knew how to deal with these obstacles in life so that children and adolescents have a healthy childhood in the family.

Keywords: Family conflicts. Social assistance. Children and Adolescents. Quality of life

LISTAS DE SIGLAS

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social
SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
PAIF- Proteção e Atendimento Integral à Família
PAIEF- Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos
PNAS- Política Nacional de Assistência Social
SUAS- Sistema Único de Assistência à Família
ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente
LBA- Lei Brasileira de Assistência
BPC- Benefício de Prestação Continuada
CNAS- Conferência Nacional de Assistência Social
CREAS- Centro de Referência Especializado da Assistência Social
NPB- Norma Operacional Básica
PBF- Programa Bolsa Família

LISTA DE FIGURAS

FIGURA I: Centro de Referência de Assistência Social Francisca do Socorro de Milagres/CE.

FIGURA II: Crianças desenvolvendo atividades.

FIGURA III: Adolescentes em aula de capoeira.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPITULO I: A Construção da Assistência Social e a Relação com as Famílias.....	14
1.1 O PROCESSO DE LUTA E DESAFIOS DA POLITICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO SUA EFETIVAÇÃO DE DIREITO.	14
1.2 A LEGISLAÇÃO SOCIAL: A POLITICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO GARANTINDO NA PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	19
CAPITULO II: Capitalismo x Trabalho: Expressões da Questão Social que Ocasionam os Conflitos Familiares.	26
2.1 DESIGUALDADE SOCIAL: OS PERFIS SOCIOECONÔMICOS E SOCIAIS DAS FAMÍLIAS QUE VIVEM EM CONFLITOS FAMILIARES.	27
2.2 RELAÇÕES SOCIAIS: AS DEMANDAS EXISTENTES NA SOCIEDADE E OS REFLEXOS DOS CONFLITOS FAMILIARES.	31
2.3 O SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO FRENTE AOS CONFLITOS FAMILIARES.....	34
CAPITULO III – Os impactos causados dos conflitos familiares frente as Crianças e Adolescentes.....	38
3.1 – CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO METODOLÓGICO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO.....	38
3.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: COMPREENDENDO A REALIDADE ATRAVÉS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	52

INTRODUÇÃO

A família é o alicerce da nossa vida, e sabemos que não existe família perfeita pois todas tem seus obstáculos para ser resolvidos, mas ter o período da fase da infância e adolescência saudável, torna-se um privilégio em viver em um meio familiar feliz, sem ter que presenciar por conflitos familiares acarretado pelas demandas postas da sociedade, que atinge as pessoas mais vulneráveis do sistema em que faz parte.

O presente trabalho de conclusão de curso tendo como referente tema: Assistência Social X Família: os impactos causados na vida das Crianças e Adolescentes frente aos conflitos familiares. Pois a devida proposta de trabalho se deu a partir do Estágio supervisionado I e II no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Francisca do Socorro de Milagres - CE, onde percebeu-se atividades lúdicas que ocorrera naquele ambiente e que possivelmente poderia emancipar crianças e adolescentes, assim como, percebeu-se a descontinuidade dos trabalhos, que muitas vezes impossibilitava dos serviços acontecerem.

Ratifica-se também a importância pessoal que se deu, por ser eu a sétima filha de nove irmãos, nascida em uma família vulnerável, com infância conturbada, recheada de conflitos familiares (objeto desse estudo), pois meus pais não tinham condições financeiras (encontravam-se em situação de pobreza) e com isso eles brigavam bastante. Não tínhamos alimentos, vestimentas, emprego, medicamentos, tudo motivo para reflexão atrelado a experiência no equipamento de Estágio supervisionado – CRAS, que despertou-se sobre a problemática.

Assim, o referente trabalho encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro capítulo traz o resgate histórico da política da Assistência Social pós a constituição de 1988, destacando os principais pontos marcantes do processo histórico até os dias atuais, introduzindo o percurso da trajetória da proteção social básica na luta para a sua efetivação de direitos para a quem dela necessita, tendo como seu principal objetivo.

O segundo capítulo aborda sobre capitalismo e trabalho se as expressões das questões sociais ocasiona conflitos familiares se esses fatores são principais meios que beneficia para as famílias viver em uma lar que haja mais conflitos do que felicidade dentro do seio familiar, pois as expressão da questão social é consequência do sistema capitalista onde o meio de reprodução é mal distribuído diante a sociedade Brasileira que gera as desigualdade social onde uns tem muito, outros tem nada, pois ainda existem milhares de famílias que vivem em situação de extrema pobreza e as crianças e adolescentes são alvo dessa situação tão complicada e muitas vezes traumatizada com a vida.

Já o terceiro capítulo foi utilizado dados bibliográficos, sites, diário de campos entre outros meios de pesquisa para concretizar esse referente trabalho através do Centro de Referência da Assistência Social-CRAS Francisca do Socorro de Milagres - CE que desejou compreender a sua importância para as famílias que vivem em situação de conflitos familiares e de todos que procura o equipamento.

A relevância social por meio dessa pesquisa proporciona ter um olhar crítico e analítico, perante a sociedade para se sensibilizar diante desses fatores, onde são frutos das demandas pela a população que estão em vulnerabilidade social, pois esse estudo amplia a importância das políticas públicas frente aos conflitos familiares em prol de uma qualidade de vida para as crianças e adolescentes.

CAPITULO I: A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E A RELAÇÃO COM AS FAMILIA

Este capítulo apresenta uma abordagem a respeito da construção ao percurso histórico da política da Assistência Social, as legislações pertinentes a Proteção Básica e Especial em relação aos conflitos familiares que dizem respeito as crianças e adolescentes frente a essas frequentes situações vivenciadas no seu dia a dia. De maneira sucinta apontou-se marcos histórico relevantes, que são de suma importância, para a contextualização da política da assistência social.

Foi abordado o contexto histórico da temática, sua trajetória de lutas e desafios como efetivação de direitos garantidos perante as manifestações ao qual hoje é reconhecida pela legislação que assegura a todos, logo após foi debatido a legislação social, como seu direito perante a constituição Federal de 1988, todo seu percurso para a sua conquista e praticar a sua efetivação na carta maior que rege seus direitos.

Por último foi debatido sobre a vulnerabilidade social e assistência social no seu contexto contemporâneo de enfrentamento. O que ocasiona as expressões da questão social que leva a essas vulnerabilidades sociais entre as famílias que acarreta em conflitos famílias devido a esses fatores existente e com isso o que a política da assistência social, pode intervir nessa questão.

1.1 O PROCESSO DE LUTA E DESAFIOS DA POLITICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO SUA EFETIVAÇÃO DE DIREITO.

Ao percorrer o processo histórico da Política da Assistência Social e discorrer a realidade de quais os tipos de vulnerabilidade social que o leva aos conflitos familiares frente as crianças e adolescentes que vivencia, entende-se que a Assistência Social no Brasil, passou-se por um longo percurso, pela primeira vez em sua história, foi arquitetada das três instituições políticas da seguridade social, avanço que expressa ao seu conceito de assistencialismo da filantropia e da demência social, e passa a ser como a profissionalização da atividade pública ao qual não somente estar a atendimento as necessidades básicas da população, como e sobretudo junto em situação de risco e vulnerabilidade social.

Com a constituição de 1988 a assistência social deixa de ser simplesmente filantrópica e passa a ser reconhecida como política pública que deve atender a todos que dela necessita, independente de contribuição ou não; A seguridade social configurando-se dessa forma como direito do cidadão e dever do Estado , com isso temos a saúde que de acordo com a CF/88 ,no seu art.196 relata que é direito de todos ,garantido mediante políticas públicas sociais e econômicas que visam a redução de risco de doenças e de outros agravamento ao acesso universal e igualitário as ações e serviços, para a promoção proteção, recuperação e previdência social.

Então será organizada a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatório, observando critérios que prescrevem o equilíbrio financeiro e atuarial e atenderá nos termos da lei, a cobertura a eventos de doenças invalidez, morte por idade avançada, proteção a material especialmente a gestante ,proteção ao trabalhador em situação de desemprego, salário família e auxílio reclusão para dependentes dos segurados e baixa renda do segurado ao cônjuge ou companheiro e dependentes.(BRASIL, 1993).

A política da assistência social é formada por tripé da seguridade social sendo elas, assistência social tendo seu caráter quem dela necessita, previdência social para quem contribui e saúde o direito de todos sendo universal diante de todos os cidadãos, sendo o dever do Estado e direito do cidadão perante a sua carta magna, regida pela lei que assegura a todos os seus usuários.

Pois antes da década de 1988 a política da Assistência Social não era reconhecida como uma política pública e sim como um ato de caridade, de favores e com isso ia crescendo um número de índice de vulnerabilidade social e com esse crescimento o Brasil criou a partir da constituição federal, o sistema de seguridade social, por meio do qual se efetivou a assistência social, ao qual inclui- se o tripé da seguridade social que está prevista no seu artigo 203 e 204, onde a mesma define que a política deve promovida com recursos

financeiros públicos, de direito a quem dera necessitar, sobre responsabilidade primeiramente do estado e da sociedade civil sendo 50% das partes.

Com isso foi preciso meia década para que a assistência social fosse regulamentada, que ocorreu mediante a implementação da criação da lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei n. 8.742, de dezembro de 1993, esta lei apresenta também as diretrizes da mesma onde tem seu princípios cuja a descentralização política administrativa, que se destaca, no sentido de enfrentamento de situações de vulnerabilidade social, que tem como objetivo, assegurar projetos, programas, serviços e benefícios, a quem dera necessitar, pois cabe ressaltar que a LOAS ao reafirmar sua garantia estatal e universalização dos direitos e serviços sócias afirma a importância da participação da população das instancias do poder, que torna-se um instrumento importante na defesa dos direitos sociais na vida dos cidadãos.(BRASIL, 1993).

Portanto podemos observar que a LOAS detém de aspectos de suma relevância para o atendimento básico aos cidadãos e promovendo a garantia dos mínimos sociais, sendo resguardados seus direitos diante a assistência social, tendo como principal objetivo proteger os indivíduos, que fazem parte da categoria dos desprovidos ao acesso de todos os tipos de benefícios sociais e assistências, como direito aos cidadão e dever do estado destruindo a velha cultura do assistencialismo, da troca de favores e do voluntariado, dos indivíduos mais necessitados.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que todos os direitos constituídos na constituição sejam vedados na validação dos direitos, que tende a seguir os princípios e diretrizes que foram vedados para a sua implementação no decorrer de sua fundação.

Segundo Yasbec (2006) a LOAS, estabelece uma nova matriz para a assistência social, no país passando a se constituir como uma política de responsabilidade estatal, ao ponto que a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais devem ser garantida na perspectiva de direito e do acesso que dela necessitam.

A política da assistência social vem para atender ao seu público alvo que são pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, onde são indivíduos de minorias perante a sociedade de classe baixa diante a burguesia do sistema capitalista que os mesmos vendiam sua força de trabalho para poder sustentar sua família, com isso a política vem para ser garantidora de direitos para reafirmar seu poder de participação em prol ao quem dera necessitar.

[Sendo a] Assistência Social um campo dos direitos sociais, constitui uma política estratégica voltada para a oferta de um padrão básico de vida a

determinados segmentos da população. Visa à prevenção ou à superação de diferentes formas de exclusão e à garantia de padrões de cidadania e qualidade de vida. (GALVÃO, 2003, p. 2).

Compreendendo como o esboço de política na efetivação de direitos contemplando sua participação sendo dever do estado e direito dos cidadãos desfazendo o conceito da caridade, do favor, clientelista, do assistencialismo para as pessoas que são partes da intervenção do estado, e assim passar a ser uma política sendo resguardada perante a lei e da sociedade civil.

Contudo a política da assistência social passa a ser consolidada como política pública e de direito social sendo ainda o enfrentamento de importantes desafios para a mesma, tendo como sua principal deliberação a construção e implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) sendo como essencial requisito da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) para dar a efetivação a assistência social como política pública, sendo beneficiadas a todos que contempla com as suas necessidades.

Pois em busca da superação de padrões subalternos e do estabelecimento de uma situação institucional a descentralização, a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) 23 de junho de 2004, articula o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) Lei N.12.435, 6 de julho de 2011, em eixos de inovação institucional na assistência social onde se caracterizam em diversos conteúdos como a matricialidade sócio familiar, territorialização, a descentralização política administrativa, o financiamento nas três esferas de governo, a relação democrática entre o governo e a sociedade civil, o controle social e a qualificação dos recursos humanos, também como os sistemas de gestão, o monitoramento e avaliação tanto os equipamentos como dos profissionais.

Pois identificar os problemas e suas potencialidades, dando o novo olhar para as suas soluções, a partir de seus recortes territoriais que identifica os principais conjuntos populacionais em situação semelhantes, e poder intervir através das políticas públicas, tendo como seu principal objetivo de alcançar resultados positivos, integrados a promover benefícios na condição de melhoria da vida dos cidadãos. (BRASIL, 2005, p. 44).

Para a efetivação da descentralização da política administrativa se caracteriza de que a implementação do SUAS se organiza no âmbito das três esferas governamentais com responsabilidade e competências, tendo como exclusividade na questão do financiamento, tendo em vista o direcionamento pelas políticas públicas que devem se relacionar com o sistema burocrático ou seja as tantas exigências burocráticas, mas tendo a visão do avançamento na efetivação ativa das políticas públicas de qualidade em cada esfera governamental.

A Política de Assistência Social viabiliza a padronização, melhoria e ampliação dos serviços de assistência no País, respeitando as diferenças locais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à sociedade e à universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 2004, p.20).

Diante dessa política pública vemos o novo reflexo perante a determinadas serviços assistências sendo desenvolvidas de forma organizadas em cada diversidades de suas localidades, dando suporte a rede socioassistencial na efetivação de direitos dos usuários que vivem em situação de vulnerabilidade social na garantia de segurança em todo momento de suas vidas como fortalecimento de autonomia e cidadania iguais a todos.

A assistência social no seu longo percurso para sua efetivação estabeleceu através da NOB/Suas em 2005, pautada pela Política Nacional de Assistência Social de 2004, um sistema único de gestão nacional, como política pública, dever do Estado e direito da cidadania .Sendo assim foi identificada a política na proteção básica como no atendimento o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e a proteção especial ,como atendimento o Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) ao qual se subdivide em alta e média complexidade. (MOTA, 2010).

A Política Nacional da Assistência Social tem como seu público alvo dessa política os cidadãos e grupos de pessoas que vivem em situação de risco social, pois a mesma tem o objetivo de promover serviços na proteção básica como na especial para as famílias para poder contribuir na inclusão e equidade para assegurar as ações no âmbito da assistência social para a convivência familiar e na comunidade.

Sendo assim a Assistência Social tem seu caráter de quem dera necessita e sem contribuição previa para essa proteção, então podemos destacar os seguintes objetivos da proteção básica, prevenir situação de risco o desenvolvimento de potencialidades articulando para que o vínculo familiar e comunitário não se destrói, decorrente a sua condição de vida devido a pobreza, a falta de ter acessos públicos, a descriminalização de raças, etnias ou de gênero ou deficiências. (BRASIL, 2004, p.27).

Já no tocante da proteção social especial se organizar através onde os seus direitos sociais, coletivos e individuais, já estão violados ou ameaçados que requer intervenção do poder judiciário tendo essa proteção social especial como seu principal objetivos promover atenção socioassistenciais devido a abandono, abuso sexual contra crianças e adolescentes, cumprimento de medidas socioeducativas, entre outras questões. (BRASIL,2005, p. 20).

Assim podemos concluir que a LOAS trouxe uma suma importância para seus usuários uma nova realidade institucional, modificando mudanças e conceituando novos conceitos, um novo cenário mais amplo com políticas públicas da assistência social

qualificada em benefícios a quem dela necessita, além das intervenções governamentais cumprindo com suas responsabilidades enquanto tendo como seu poder maior.

1.2 A LEGISLAÇÃO SOCIAL: A POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO GARANTINDO NA PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988

A política da Assistência Social como efetivação de direitos sendo resguardada na constituição de 1988 (sua carta magna), onde está escrita no papel, perante a lei que o guarda seus direitos, mas sabemos que esse percurso histórico acontecesse, a política pública da assistência social era vista como assistencialismo, troca de favores, a sua luta pela inclusão diante da constituição para a seguridade social, com seu período da regulamentação da assistência social e sua implementação como uma política pública, mudando seu conceito de favor para o direito social.

Nos anos de 1985 passa – se por um contexto em que se começar a exigir do setor assistencial práticas inovadoras para as novas demandas postas, uma atual realidade nacional de transformação democrática, em que começar a surgir o grande número da população que clamava pela resposta mais eficaz e efetivas de uma política assistencial para todos.

Com isso passa a se discutir com mais intensidade o meio para se formular uma política pública de assistência social através da inserção de direitos sociais e, mais especificada, do direito a seguridade social tendo como a garantia a saúde para todos, a assistência para quem dela necessita e previdência social para aqueles que contribuem, como seu tripé da constituição federal de 1988.

Diante dessas lutas de diversos grupos e movimentos sociais, como os sindicatos, partidos políticos, trabalhadores, participação da igreja católica outros profissionais da área, organizações públicas e privadas, entre outros, foram debatendo e construindo uma nova demanda da Lei Orgânica de Política de Assistência Social em interesse das pessoas que se encontra em situação de vulnerabilidade social e sendo excluídos dos seus direitos, como cidadão do provedor do meio dessa conquista.

A Constituição Federal de 1988 tem seu marco importante para as transformações da seguridade social no Brasil, trazendo-se uma nova ordem específica para a assistência social, promovendo inicialmente no seu artigo 203, os referentes destinatários da ordem social, no artigo 204 da constituição indica a fonte primária que custeia as ações, mas sobretudo as suas diretrizes a serem adotadas na política da assistência social. No que diz respeito no seu artigo 204 da constituição, são inovadoras e indiscutível importância para seu

contexto.

Como componente da seguridade social, a assistência social é medida legal e legítima que visa oferecer segurança social aos cidadãos não cobertos (ou precariamente cobertos) pelo lado contributivo da seguridade social. “A assistência social visa livrar esses cidadãos não só dos infortúnios do presente, mas também das incertezas do amanhã, protegendo-os das adversidades causadas por enfermidades, velhice, abandono, desemprego, desagregação familiar, exclusão social.”¹

Sendo assim a assistência novos contornos depois de inserida, pelo constituindo de 1988, no âmbito da seguridade social com isso, o assistencialismo foi reconhecido como uma política pública, integrando juntamente com as políticas públicas, integrando, juntamente com as políticas de saúde e previdência, um sistema de proteção social para todos.

Diante disso podemos dizer a LOAS inaugura uma nova era para a assistência social brasileira, consignando-se enquanto política pública, ela vem para romper com uma longa tradição cultural e política, considerando os níveis de desigualdades sociais no Brasil vem acumulando nessas últimas décadas, então a LOAS tem mais uma preocupação em suas diretrizes no atendimento aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social e pobreza onde os problemas vindo dessa exclusão social jamais poderão ser enfrentadas por meio de um assistencialismo meramente complementar e emergencial.

A LOAS, vem deixar claro que assistência social é o direito do cidadão e dever do Estado e que se trata de uma política de seguridade social não contributiva, que deve prover os mínimos sociais, através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para atender as necessidades básicas para as pessoas que se encaixa nesse perfil, ou seja as pessoas mais carentes da assistência social. (BRASIL, 1993).

Com isso a LOAS precisava ainda responder aos seus desafios de garantir o equilíbrio entre o poder de decisão que cada governo passou a ter assegurando a convivência entre o regional e nacional, então foi criado um comando único nos níveis de governo federal, estadual e municipal para a articulação, integrar e coordenar as ações de acordo com cada uma das responsabilidades ficando cada uma com seu compromisso, pois a LOAS ainda instituiu os conselhos, planos e fundos, de assistência social sendo como um dos requisitos para garantir o acesso aos recursos da união.

Pois no seu artigo 30 da constituição federal de 1988 vem ressaltar que a utilização dos recursos federais descentralizados para os fundos da assistência social dos

¹ Anais da II Conferência Nacional de Assistência Social - 1997

estados e municípios, e dos distritos federais será declarado pelos entes recebedores ao ente transferidor, anualmente, mediante relatório de gestão submetido a apreciação do respectivo conselho de assistência social, que comprove a execução das ações na forma de regulamento social.

Então nos anos 1990 dar início as conferências nacionais da assistência social elas foram de suma importância no processo de democratização da assistência social no País onde conta com a participação da população e dos conselheiros da assistência social, dando continuidade nos anos de 1993 foi realizado chamando conferência zero a qual deu muita contribuição para a assistência social sendo sua primeira conferência nacional nos anos de 1995 no mesmo ano que a LBA foi desprovida igual com o ministério do bem estar social. Sendo criada no seu lugar a secretaria de Estado da assistência social e o programa comunitário solidário.

Em 2003 foi realizada em Brasília a IV conferência nacional da assistência social que apontou como a principal e construção e implementação do SUAS requisito da LOAS, após dez anos da sua regulamentação, dando – se o novo texto da política nacional da assistência social definiu as bases para a implantação do novo modelo de gestão ,pois então o Brasil começou uma nova fase de fortalecimento do Estado de defesa dos direitos sócio assistenciais no ao qual foram instituído serviços, programas, projetos benefícios de transferência de renda como o programa bolsa família e o benefício de prestação continuada (BPC) sendo os benefícios de mais relevo para a população, havendo uma clara distinção e complementaridade entre seus objetivos.

Pois o Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi criado pelo próprio constituinte, alcançando status constitucional, nos termos do inciso V do artigo 203 da constituição federal de 1988 pois sua regulamentação foi efetuada pelo LOAS. Trata – se de uma transferência de renda mensal de um salário mínimo, não condicionada a qualquer contrapartida, destinada a idoso com 65 anos ou mais, ou deficientes cuja renda familiar per capita não ultrapasse $\frac{1}{4}$ do salário mínimo para a provação que faz parte da categoria do benefício. (BRASIL, 1993).

Sustenta-se que o BPC não substituiu a política previdenciária, sendo que esta diversamente, oferece cobertura a um conjunto amplo de risco sociais, muitos dele operando durante a vida econômica ativa dos trabalhadores pois defende que as altas taxas de desfiliação previdenciário não são decorrência do benefício, mas sim das transformações do mundo do trabalho em precarização do desemprego.

O referido benefício é bastante controvertido, evidenciando a necessidade de avaliação em relação a eventuais ajustes, então podemos observar que a sua importância no

amparo aos deficientes e aos idosos pobres, pessoas cuja fragilidade, baixa renda, e impossibilidade de trabalhar, tem sua vulnerabilidade social, justificando a sua existência pelo Estado. Também podemos destacar o programa bolsa família o programa assistencialista que se destacou no Brasil em 2003 o governo brasileiro estabeleceu como objetivo prioritário o enfrentamento a fome , a miséria sendo, que entre medidas adotadas , a criação do programa bolsa família se destacou pois é o benefício de transferência de renda do governo federal para as famílias mais carentes, sob as condicionalidades ,instituída no governo de Lula medida provisória 132, dia 20 de outubro de 2003, convertida na lei em 9 de janeiro de 2004 pela lei federal n. 10.836 que unificou outros programas anteriores de transferência de renda. (LAVINAS, 2008).

Tendo como seu público alvo as famílias extremas pobres, independentemente da composição familiar de exercer ou não uma atividade remunerada de habitar na zona rural ou urbana, dado o reconhecimento da revência e da legitimidade de garantir renda para todos que estejam abaixo de um patamar de renda considerada mínimo, sendo que a composição familiar influenciara apenas no valor do benefício.

O programa bolsa família para muitas pessoas até no momento presente é de suma importância pois ainda existe famílias que vivem em situação de extremas pobreza que o único transferência de renda para sustentar sua família é o programa que ainda é visto para indivíduos “vagabundos” que não tem como suprir com suas necessidades de não conseguiu o trabalho para sustentar a sua família, mas ainda vivemos no mundo onde os meios do sistema capitalista é mal reproduzidos e com isso gera as desigualdades sociais.

O SUAS representou um avanço muito importante para a organização descentralizada e participativa da política pública de assistência social, a aprovação da norma operacional básica, NOB/SUAS, pelo CNAS em decorrência do ano de 2005, reafirmou o pacto federativo e começou a partir daí a executar o novo modelo socioassistencial no país ,onde a família passa a assumir o papel de núcleo fundamental para a sociedade para a política da assistência social, pois quando o serviço chega , chega toda proteção social.

A noção de riscos, a adoção de tal categoria, ao mesmo tempo em que buscou definir o objeto próprio e específico da assistência social, se contrapondo ao esvaziamento teórico-metodológico de suas entregas, aproximou-se uma solução específica típica de correntes neoliberais e de organização, o que favoreceu nas ações da política um pressuposto ético político, individualizante de focalização na parcela mais pauperizada da população. (MONTEIRO, 2011)

Cutter (1996, apud Schumann, 2014, p. 30) apresenta dezoito definições diferentes de vulnerabilidade, selecionadas de estudos entre 1980 e 1995:

Schumann (2014, pp. 31-40) com o intuito de demonstrar a multidimensionalidade da vulnerabilidade, relaciona as diversas abordagens da vulnerabilidade apresentadas em estudos desenvolvidos desde a década de 80 até o presente momento e apresenta 29 definições de vulnerabilidade, evidenciando a expansão do quadro conceitual até os dias atuais.

Pois há várias definições e atores para conceitual vulnerabilidade social, mas o autor Vignol (2006) compreende vulnerabilidade como a falta de acesso as estruturas de oportunidade oferecidas pelo mercado estado ou sociedade, apontando a carência de um conjunto de atributos necessários para o aproveitamento efetivo da estrutura de oportunidades existentes.

Cabe ressaltar que a falta de acesso as oportunidades para muitas famílias como a falta de emprego digno para sustentar sua família, a falta de acesso aos serviços públicos, de moradia, e entre outros fatores da vulnerabilidade social que transforma na expressão da questão social, são indicadores importantes que contribuem com os conflitos familiares, onde passa a acontecer dissentimentos familiares constantes na presença de crianças e adolescentes, devido as essas questões pois em ser uma família feliz, buscando seu desenvolvimento em ser uma família harmoniosa, torna-se uma família com constantes conflitos.

Em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) implantada em 2004, por meio da Resolução N.145 de 15 de outubro de 2004 a família, independentemente das configurações que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Entretanto, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que, nas sociedades capitalistas, a família é fundamental no âmbito da proteção social. Para Pereira:

[...] a família não é um grupo natural, mas sim um grupo derivado de uma cultura específica. [...] ela não se constitui por apenas um homem, uma mulher e filhos. Ela é antes uma estruturação psíquica, onde cada um de seus membros ocupa um lugar, uma função (PEREIRA, 1997, p. 18).

Nesse sentido, considerando as diferentes ideias e entendimentos sobre família, é possível atribuir a este grupo um conceito que leva em conta não somente seus aspectos naturais, como o número de indivíduos que a compõe e como se organizam, mas também fatores externos que estão relacionados a esta instituição. Na perspectiva de Pedersen (2010).

É necessário pensar que as novas formas de organização familiar, que para muitos dão um novo sentido para a palavra família, estão diretamente relacionadas às mudanças e transformações societárias, seja no aspecto social, cultural, religioso, político ou econômico, mas que acabam influenciando no cotidiano das famílias e nas formas de organização da mesma, (PEDERSON, 2010 p. 36).

Então, pode-se afirmar que as famílias expressam aquilo que a sociedade como um todo está vivenciando, pois existem novos valores, novas formas de relação social e de produção, consequente ao sistema capitalista vigente na sociedade, pois na contemporaneidade o conceito é que temos de família não é mais a mesma de tempos atrás, pois estamos em um momento de desenvolvimento social e jurídico sobre o conceito de família está sendo relacionado.

Ao pesquisar a origem da família, e/ou a forma como a mesma se constituiu no período e/ou estágio da civilização, tem-se que esta era organizada sob a forma matriarcal, pois se desconhecia o papel do pai na reprodução. “O matriarcado [...], seria uma decorrência natural da vida nômade dos povos primitivos, pois enquanto os homens [...] tinham que sair à procura de alimento, as mulheres ficavam nos acampamentos com os filhos” (OSÓRIO, 1997, p. 52).

Em decorrência disso, as mulheres também tinham o direito de propriedade e certas prerrogativas políticas. Pois se destacava que antes era a obrigação da mulher era apenas cuidar dos filhos e do lar, e os homens era o chefe da casa tinha que passar o dia fora a procura de trabalho para sustentar a casa, era o líder da casa, o responsável por todas as questões da casa e também o homem tinha que ganha bem pois ele representava a família perante a sociedade.

A família sofreu e sofre muitas influencias das mudanças sociais mais gerais que ocorreram na sociedade contudo, foi principalmente nas três últimas décadas do século XX, que algumas questões relacionadas ao casamento e a família começaram a ser debatidas como relação de gênero redefinição dos papeis masculino e feminino, papeis público e privados, comportamento sexual definido segundo o sexo, constituição da mulher como indivíduo e construção da individualidade e identidade pessoal. (GUEIROS, 2002, p.109).

Para que compreendemos qual o papel fundamental da família e da sociedade na proteção integral a crianças e adolescentes em todos âmbitos principalmente nas famílias que ocorre conflitos famílias e os impactos que isso ocorre na vida dos mesmos, então é preciso conhecer a lei que assegura e garante os seus direitos perante a carta maior da constituição federal de 1988. No dia 13 de julho de 1990, é criado o Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA), por meio da lei N. 8.069 /90. A qual foi fruto de enorme mobilização no intuito de efetivar os direitos de crianças e adolescentes, não mais firmados em um código ultrapassado e conversador, mas baseado em uma nova lei apontando a proteção integral e o

reconhecimento de crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos (ATAIDE, SILVA, 2014).

O Estatuto da criança e do adolescente surgiu para romper um lastimável histórico na esfera judicial e social representando até então pelo código de menores, assim para o ECA se consolidasse, foi necessário um enorme e significativo empenho de classe e instituições inconformadas e enternecidas com a causa. Para Guimarães (2014, p 21) o Estatuto da criança e do adolescente tem como base:

[...] a proteção integral à criança e ao adolescente, sem discriminação de qualquer tipo. As crianças e os adolescentes são vistos como sujeitos de direitos e pessoas com condições peculiares de desenvolvimento. Esse é um dos polos para o atendimento destes indivíduos na sociedade. O ECA é um mecanismo de direito e proteção da infância e da adolescência, o qual prevê sanções e medidas de coerção àqueles que descumprirem a legislação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente trata do direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, bem como à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura. O ECA atua como o instrumento central de proteção dos interesses da criança e do adolescente frente ao que recepciona os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e prioridade absoluta (SCHIMIDT, 2013). A CF /88 é um instrumento universal de direitos, possuindo um papel fundamental, na área da infância e da juventude, possibilitando o marco inicial para promulgar o Estatuto da Criança e Adolescentes, o qual expressa, em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p 131)

Pois a Constituição Federal vem deixar claro os direitos das crianças e adolescentes, e com isso é dever da família, do Estado para que a mesma tenha uma vida familiar digna de direitos e cresça no seu desenvolvimento familiar sem conflitos familiares e que seja assegurado por todos que garante esse direito.

Então compreender as vulnerabilidades sociais, significa entender a mediação entre o acesso a direitos, rede de serviços e políticas públicas e a capacidade de sujeitos e grupos sociais de acessar esse conjunto de bens e serviços, de modo a exercer sua cidadania, conforme Rizzotti (2009), a vulnerabilidade social está associada está associada a insuficiência de uma rede de proteção que garante as famílias o acesso aos direitos.

Assim, para visualizarmos as vulnerabilidades sociais, precisa-se conhecer também o território onde as famílias residem para poder identifica-los e utilizar qual políticas públicas de acordo com cada necessidade que cada demanda é composta para que possa efetivar na perspectiva preventiva e protetiva das expressões que ocasionar esses fatores.

De acordo com Koga (2011), o território se constrói a partir dele próprio e das pessoas que o utilizam, desse modo, envolve tanto os aspectos objetivos como os subjetivos ,que emergem através da manifestação de sofrimento, desejos expectativas, a autora afirma que pensar as políticas públicas a partir do território é empregar uma perspectiva redistributiva, pois se as políticas públicas forem restritas ao estabelecimento prévio de públicos alvos ou das demandas, apresentaram limitação ,por consideram as desigualdades concretas existentes nos diversos territórios.

Pois quando a política chega, aproximar-se a proteção para as famílias que vivem em vulnerabilidade social que ocasionar as expressões da questão social que leva a muitas famílias a conviver com conflitos familiares devido a todos esses fatores relacionados a cima, que são presenciados pelas as crianças e adolescentes e acarretar muitas vezes na vida de cada um.

CAPITULO II: CAPITALISMO X TRABALHO: EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL QUE OCASIONAM OS CONFLITOS FAMILIARES.

O trabalho possui o grande significado de uma atividade social do ser humano, pois visa transformar o meio em que vive com um esforço afirmado e desejado para a realização dos seus objetivos, pois a atividade do trabalho é o elemento de desenvolvimento do próprio homem com outros homens, sendo este indispensável a sua existência, então a relação do homem e a natureza só existem em função do trabalho, pois transforma a matéria vinda da natureza em riqueza ao mesmo tempo em que transforma a si mesmo.

Pois, é próprio do sistema capitalista, que sinaliza a produzir e reproduzir desigualdade tendo em vista que é um preceito formado a partir da divisão de classes, no qual a riqueza. socialmente produzida é apropriada pelos que detém o capital, os quais representam a classe dirigente, para os que efetivamente produzem, ou seja, a classe trabalhadora, o que sobra é uma realidade desprovida de condições mínimas de sobrevivência.

Assim, o presente capítulo abordará o Sistema Capitalismo versus Trabalho e as expressões da questão social que ocasionam os conflitos familiares, que considerando-se que

o capitalismo enquanto um modo de produção e reprodução das relações sociais, em que a economia e as demais dimensões da vida se constituem em uma totalidade, argumenta que a existência histórico concreta dos modos de produção ocorre no âmbito das diferentes formações sociais existentes, que expressam as particularidades da existência universal do modo de produção capitalista.

Então pode-se dizer que a sociedade capitalista compreende um sistema econômico em que os meios de produção são de propriedade privada, onde o trabalho desempenha o papel fundamental que faz parte de uma mercadoria adquirida através da remuneração estabelecida e regulada pelo mundo do mercado do sistema capitalista.

2.1 DESIGUALDADE SOCIAL: OS PERFIS SOCIOECONÔMICOS E SOCIAIS DAS FAMÍLIAS QUE VIVEM EM CONFLITOS FAMILIARES.

A desigualdade social tem sua suma importância que contribuem para a expressão da questão social² no meio familiar onde se torna um dos principais fatores que vem a ocasionar os conflitos familiares, pois a riqueza socialmente produzida gerada pela a sociedade é mal distribuída perante os indivíduos de diferentes classes sociais.

Por isso existem muitas famílias que vivem em situação de risco devido as suas condições de vida principalmente famílias que sobrevivem com o pouco que eram oferecidos, pois essas famílias antes da Constituição Federal de 1988 eram vistas de outra forma e tinha seu conceito diferente pela a sociedade civil, ou seja, tudo era diferente no cenário que se referia ao seu termo diante da sociedade.

Durante sua história sofreu e ainda sofre muitas influencias das mudanças mais gerais que ocorrem na sociedade. Os novos arranjos assumidos pela família estão pertencentes e dialeticamente condicionados as transformações societárias contemporâneas, ou seja, as transformações econômicas e sociais, de hábitos e costumes ao avanço da ciência e da tecnologia e aos novos valores, que por esta realidade dinâmica vão sendo construídas e se instaurando do contexto familiar.

Conforme Azevedo e Guerra (2011), antigamente o modelo familiar predominante era o patriarcal, patrimonial e matrimonial em tal modelo tínhamos a figura do “chefe de família”, era considerado o líder, o centro do grupo família, onde tinha vez e voz, tornando o

² Segundo Iamamoto (1998, p.27) “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

responsável pela tomada das decisões, era tido como o provedor e suas decisões deveriam ser seguidas por todos os membros familiares.

Além disso, a ideia de família era patrimonial e imperialista, prova disso estava no fato de que as uniões entre pessoas não se davam pela afeição entre as mesmas, mas sim pelas escolhas dos patriarcas, com o seu interesse de aumentar a sua aquisição de poder e o patrimônio de suas famílias, em tal modelo, muitas vezes os nubentes nem sequer se conheciam, mas se viam obrigados a contrair núpcias para honrar o bom nome da família e contribuir para seu fortalecimento econômico de geração para geração.

Do século XIV até o século XVII mudanças são processadas na família medieval. A mulher vai perdendo gradativamente seus poderes, culminando com a formalização da incapacidade jurídica da mulher casada e a soberania do marido na família, no século XVI. “Assim, a mulher perde o direito de substituir o marido em situações nas quais ele se ausenta, ou é considerado louco, e qualquer ato seu tem efeito legal apenas se autorizando pelo marido” (GUEIROS, 2002, p.106).

Pedersen (2010), com base na obra de Aries (1978), diz que é importante destacar que o século XVII é percebido como divisor de águas nas histórias da família. Está centrada suas atenções em torno dos filhos, o que foi sinalizando a descoberta da infância no século XVIII. Os adultos demonstram interesse nas expressões das crianças, criam vocabulário próprio, demonstrando sentimento pelas mesmas. No século XVII aparecem as primeiras gravuras com crianças vestidas diferentemente dos adultos, nessa perspectiva tem-se que o sentimento da família, que emerge assim nos séc. XVI e XVII é inseparável do sentimento da infância. Ainda na perspectiva de Pedersen (2010, p. 39):

Neste período, paralelamente ao fortalecimento do poder do marido, passa-se a valorizar os laços de família e, a partir de então, começa o desenvolvimento da família moderna. É também no século XVIII que se processa a separação entre família e sociedade, enfatizando a intimidade familiar, ou seja, as casas passam a ter cômodos com separações para assegurar a privacidade dos indivíduos na própria família. Aspectos como a saúde e a educação passam a ser neste século as maiores preocupações dos pais, bem como a igualdade entre os filhos, até então desconsiderada, pois se privilegiava apenas um deles e geralmente o primogênito (PEDERSON, 2010, p. 39 apud GUEIROS, 2002).

O autor diz que ao reforçar o poder do homem sobre a mulher, é estabelecida a desigualdade entre o homem e a mulher, o que pode ser evidenciado pelo fato de a escolaridade passar a fazer parte da vida dos meninos desde o século XV, quando começa a idade moderna, e para as meninas somente no final do século XVIII e início do século XIX.

Na modernidade a família passou a ser vista como um instrumento de desenvolvimento pessoal de cada indivíduo, e não mais como uma instituição, todavia, fica

claro que tal ideia de família é tida como inconcebível atualmente uma forma arcaica e, de certo modo, repudiada na atualidade. Vale dizer, que:

[...] isto somente se deu pela evolução a que passou a sociedade ao lutar pela igualdade entre os indivíduos e pela valorização da dignidade da pessoa humana, conquistas estas que se encontram estabelecidas hoje em nosso mais alto regramento jurídico, a constituição federal de 1988. (AUGUSTO, s/a, s/p).

Como citado anteriormente, a família sofreu muitas mudanças ao longo do seu percurso histórico e foi através de suas lutas e avanços que foram conquistando seus direitos diante a carta magna de 1988, pois sem essas conquistas ainda eram vistas como a família dos tempos anteriormente sem conhecer os seus direitos, que assegurar durante toda sua trajetória de vida.

Para que se tenha a compreensão do papel fundamental de família e sociedade na proteção de crianças e adolescentes em todos os âmbitos sobretudo em conflitos famílias, onde se defini a esse perfil dessas famílias que vivem em situação de conflitos familiares que a esse perfil é envolvidos outros fatores que contribuem a desvelar a sua identidade.

O perfil que é posta pela sociedade das pessoas que vivem em situação de conflitos familiares, são vistas como pessoas que mora em periferia, são de baixa renda, de outra classe social, onde se apresenta no seu cotidiano as expressões da questão social que é os dos principais fatores, que favorece na vida dessas pessoas que a partir disso, ocorre os conflitos familiares entre os pais das crianças e adolescentes que vivencia a essas situações.

Para Benetti (2006) afirma que os conflitos entre o casal podem ser se apresentar através de discussões e brigas ou velados, manifestadas por indiferença dentre outros, considerando-se que toda relação envolve certo nível de conflito é importante entender que os aspectos do desenvolvimento infantil são afetados por ele em seu percurso de vida.

Pois sabemos que isso pode acarretar em dois lados em sua vida das crianças e adolescentes, dando no lado positivo ou negativo, pois as experiências oportunizam a formação de repertório de comportamento, de ações e resoluções frente aos problemas familiares ,pois é no ambiente familiar também que as crianças e adolescentes aprende a lidar com os conflitos familiares, a controlar suas emoções, a demonstrar os diferentes sentimentos que permeiam as relações e a lidar com a vida e com as diversidades.

Vale ressaltar que esses conflitos familiares não acontecem, só em famílias especifica que é posta a essa situação, e sim está posta a qualquer família independente de sua situação econômica e social, está sujeito a passar por esses conflitos, pois os conflitos familiares não escolhem apenas famílias carentes como caracteriza a sua cultura, que ainda tem esse olhar

para essas pessoas, mas claro que as expressões da questão social favorecem muito a toda a essas situações familiares.

O nível socioeconômico e o contexto têm implicação na formação dessas famílias, quando se pensa em família de baixa renda deve-se levar em consideração a sua condição de vida, pois está se reflete nos padrões de interação que estabelecem seus membros nesse sentindo é importante examinar as características dessas famílias no nosso contexto social e cultural.

Pois se refere também a esse perfil o lugar onde mora a sua crença, a sua cor de pele, a seu nível de classe social, enfim engloba todos esses fatores e mais além que são destinados a esse perfil posta pela a sociedade que contribui na sua entidade na qualificação que é criada pelo sistema da sociedade brasileira.

Então o Brasil nas últimas décadas vem impondo uma enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza que exclui parte significativa da população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania, pois a pobreza não pode ser definida de forma única, mas ela se evidencia, quando parte da população não é capaz de gerar renda suficiente para ter acesso sustentável aos recursos básicos que garante a sua qualidade de vida digna.

A situação socioeconômica é dos fatores que tem mais contribuído para a desestruturação da família, repercutindo diretamente nos mais vulneráveis desse perfil, pois a extrema pobreza gera nas famílias o sentimento de não ter uma expectativa de vida, de um projeto que vislumbre a melhoria da qualidade de vida, com isso impõe a família uma luta desigual e desumana pela sobrevivência.

Diante dessa situação e desse desamino para vida é que gera os conflitos familiares, pois se encontra numa determinada posição de sua vida que tudo pode piorar devido as essas expressões que está sujeita a passar na vida familiar com tanta desigualdade social que o mundo está oferecendo por causa do sistema capitalista.

Devido a essas consequências das desigualdades sociais a família pode acabar com o rompimento do seu vínculo familiar onde os dos membros familiares sai, de casa por ter passar por tanto sofrimento e não sabe como pode solucionar a esse fatores que estão postos em suas vida devido as expressão da questão social.

Com tudo isso envolvidos os conflitos familiares pode acarretar outros fatores devido as problemáticas da questão social que gera as desigualdades sociais podem tanto afetar os pais como os filhos, enfim a toda família envolvida e ser frutos das sequelas futuramente que

a vida obrigou a passar em suas vidas enquanto estão com seus direitos violados para obter uma vida digna como cidadãos.

2.2 RELAÇÕES SOCIAIS: AS DEMANDAS EXISTENTES NA SOCIEDADE E OS REFLEXOS DOS CONFLITOS FAMILIARES.

A relações sociais se refere ao relacionamento entre dois mais indivíduos no interior de um grupo social, as relações sociais formam a base da estrutura social sendo assim, as relações sociais são o objeto básico da análise das ciências sociais, investigações fundamentais sobre a natureza das relações sociais são encontradas.

Segundo o autor Marx Weber (1913) as relações sociais dizem respeito a conduta de múltiplos agentes que se orientam reciprocamente em conformidade com um conteúdo específico do próprio sentido das suas ações na ação social, a conduta do agente esta orientada significativamente pela conduta de outro ou outros, ao passo que na relação social a conduta de cada qual entre múltiplos agentes envolvidos.

Então a relação social seria uma conduta de indivíduos, reciprocamente e dotada de sentido partilhado pelos diversos agentes de determinada sociedade pois as relações sociais entre os indivíduos no seio da sociedade dizem muito ao seu respeito como o comportamento social e cultural, perante a sociedade e a todos como cidadão.

Sendo assim as demandas postas pela a sociedade frequentemente são interpretadas com o surgimento das expressões das necessidades humanas não satisfeitas, decorrentes das desigualdades sociais própria do sistema capitalista, assim torna-se possível desvincular –se, da concepção que as necessidades expressas nas famílias e as famílias são ‘ó caso de família’ e, por consequências, as questões sociais que afligem as famílias não se compreende no campo da competência ou incompetência desses sujeitos .

Pois essas demandas existentes na sociedade são os reflexos das expressões sociais que acontece os conflitos sociais entre as famílias que estão submetida a vivencia essa situação, pois sabemos que o meio de reprodução do sistema capitalista é mau distribuído, onde alguns tem muito e outros tem nada e são essas famílias que não são provedora dos seus direitos que passam por conflitos famílias que são espelho das expressões da questão social.

Com isso as famílias se deparam com os desafios que são postas seja de demandas postas internas ou do seu estorno social, quando não conseguem resolver estes desafios, expressando suas dificuldades por meio de vários problemas e com isso os conflitos

familiares, passa a ser frequentes onde o dos membros familiares se sente angustiado e a partir daí ocorre brigas dissentimentos com muitas frequências entre os pais que acaba em outras questão social mais complicadas como a violência doméstica, trabalho infantil abuso de crianças e entre outros que são frutos do desemprego do alcoolismos do machismos e outros.

Pois sabemos que fatos violentos ocorrem de forma constante na sociedade e nas relações entre as pessoas, seja ela homem com mulher, adultos com criança, do patrão ao empregado, a violência sempre esteve presente na sociedade brasileira e atinge maior escala os mais frágeis, ou seja as pessoas mais carentes que estão com seus direitos negados e com isso expressa as questões sociais.

As desigualdades sociais são os dos principais fatores que vem a refletir os conflitos familiares, onde as famílias passa a sobreviver com as condição mínima de vida e com isso se dar partida com a falta de emprego, onde muitos pais de família sai a procura de emprego dia á dia , para colocar o pão de cada dia na mesa e na maioria das vezes por não ter uma profissão específica não consegue nem mesmo, o “bico” para sustentar sua família.

E são através desses fatores, que se sentem angustiadados revoltados com a vida pois o trabalho dignifica o homem perante a sociedade é a noção do emprego como a vida ou seja, o emprego representa para o trabalhador a ligação com a vida e o sentido de fazer parte dela, e com o desemprego manifesta –se como expressão de inatividade e morte, e esse sentimento é reforçado pela noção de invalidez, pelo fato de não produzir, de não sustentar sua família, de estar fora do mercado de trabalho.

E com isso chega em casa angustiadados por não ter conseguindo entrar no mercado de trabalho para sustentar sua família, muitas vezes embriagados e começa as desavenças familiares, a violência familiar, onde passa a ser uma família infeliz, com vários problemas a se resolver devido as expressões da questão social posta pelo sistema da sociedade.

A ideia da família remete a um espaço de afetividade, harmonia e proteção de seus membros, pois mostra que homens que violentam suas companheiras sofreram violência desde a infância presenciando a agressão entre pais e, até mesmo sofrendo violência física, o que caracteriza a violência Inter geracional percebe-se que a família vivida, diferentemente da família idealizada vem se constituindo em cenários de relações violentas. A vivencia da violência familiar interfere na construção da identidade masculina, pois haja vista que os homens tendem a reproduzi-la nas relações sociais, em especial nas relações com suas companheiras e filhos. (GOMES, 2005)

As denominações violência doméstica e a violência familiar, a lei Maria da penha, no seu art. 5 considera a violência no âmbito doméstico como aquela compreendida como espaço

de convívio permanente, de pessoas com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas, e no âmbito familiar como compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais por afinidade ou por vontade expressa. (BRASIL, 2006)

É a partir desses acontecimentos, onde os filhos ao ver essa situação com sua família, os conflitos familiares devido a esses fatores começam a trabalhar para poder ajudar nas despesas do lar, acaba que sujeitando a trabalhos informais e exploratórios em troca de moedas ou até alimentos nos sinais e semáforos, das cidades para poder ajudar de alguma forma e não presenciar tantos conflitos.

Pois o trabalho infantil não é um fenômeno novo na sociedade faz parte de muito tempo, contudo ainda, é algo complexo de ser definido ao considerar os aspectos culturais, sociais, as espécies, idades mínimas e circunstâncias, pois nomeia-se como criança todo ser humano dentro da faixa etária de zero a dezoito anos, portando qualquer, trabalho exercido por uma pessoa até os dezoito anos é infantil.

Pois isso pode acarretar mais fatores na vida das crianças e adolescente com o trabalho infantil, esta sujeita a qualquer outro tipo de violência na rua como o abuso sexual nas ruas ou até mesmo em seu próprio lar, pois de uma violência violada pode vir a surgir outras em seu cotidiano sendo –se os resultados das expressões sociais na sociedade.

A violência sexual contra criança e adolescentes ocorre em todos os grupos sociais e em toda a estrutura de classes, entre os ricos a violência contra criança e adolescentes é ocultada para proteger a família, o agressor ou a criança e adolescentes de efeitos estigmatizaste, já entre os pobres o abuso permanece pouco visível porque famílias de classes baixa normalmente não esperam ajuda das instituições sociais e não notificam a violência (AZEVEDO E GUERRA,1993).

Faleiros (2000) afirma que em geral o abuso fica cercado por um complô de silencio, visto que este é um ato que envolve medo, vergonha, culpa e que desafia tabus culturais e os aspectos das relações de interdependência, o silêncio pode ser compreendido como uma tentativa de preservar o núcleo família, evitando dar-se conta da contradição existente entre o papel de proteção esperado da família e a violência que nela se dá. Pois o abuso sexual acontece devido as expressão sociais muitas vezes em casa por parentesco e fora de casa também , e esse tipo de violência são muito constrangedor para as crianças e adolescentes pois é uma violência que passa por muito tempo a ser descoberta pela a sociedade e por alguém da família responsável por elas.

Com todas as demandas postas pelo que acarreta os conflitos famílias na presença das crianças e adolescentes e são submetidas a presenciar tudo isso e muito mais, contribui muito com a violência psicológica que serão frutos de consequências futuramente no seu processo de vida humana enquanto cidadão perante a sociedade.

A violência intrafamiliar é construída histórica, psicológica e socialmente, é impossível apontar apenas uma única causa para tal problemática é preciso portanto observar as características dos membros famílias envolvidas, as condições ambientais em que ocorre os fenômenos, as questões psicológicas de interação, o contexto social e as implicações socioeconômicas. (LEVISKY, 1997, p.12).

Pois os conflitos familiares envolvem muito com o psicológico das crianças e adolescentes devido os conflitos famílias, que pode provocar danos irreversível no seu desenvolvimento seja ele qual for, na sua vida pois são marcas, que leva para vida toda e difícil de apaga em suas memórias e traumas com a sensação que possam vir a ser reproduzidas.

A violência psicológica é caracterizada por altitude do adulto em depreciar e inferiorizar de modo constante a criança e adolescentes causando sofrimento psíquico e interferindo negativamente no seu processo de construção da sua identidade, pois essa modalidade de violência pode se dar tanto na forma de ação, quanto na forma de omissão. (MALTA, 2002, p. 47).

Assim, entende-se que violência psicológica é umas das violências que mais afeta os indivíduos que são vítimas dessa violência pois contribui muito na vida das crianças e adolescente enquanto na sua trajetória de identidade como sujeito da vida humana, pois interfere muito na sua vida adulta são traumas que serão levados por resto de suas vidas diante da sociedade.

2.3 O SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO FRENTE AOS CONFLITOS FAMILIARES.

Com o surgimento das expressões sociais postas pelas as demandas da sociedade que são as raízes para o surgimento do serviço social, pois as pessoas já não tinham resposta para os seus problemas familiares e não sabia a quem recorrer para ter a efetivação dos seus direitos como cidadão diante da sociedade que foram lutas atrás de lutas para ter o seu reconhecimento enquanto provedor de direitos.

A família é um sujeito privilegiado de intervenção do Serviço Social desde os primórdios da profissão, pois no Brasil ele nasce vinculado aos movimentos de ação social numa proposta de dinamização da missão política de apostolado social junto as classes subalternas, particularmente junto a família operária, ou seja, o

alvo predominante do exercício profissional é o trabalhador e a sua família, em todo os espaços ocupacionais. (IAMAMOTO,1993, p.107).

A partir de então, pode observar-se que foi através das lutas sociais que foram reconhecidos como provedor de direitos, pois para conseguir alguma coisa tinha que pedir favor as pessoas que tinha uma aquisição de poder maior na sociedade que eram as primeiras damas juntamente com a intervenção da igreja católica.

No Brasil a Assistência social esteve historicamente vinculada a filantropia, a caridade, a ajuda sendo diretamente relacionada com a solidariedade com a igreja católica e de grupos com motivação religiosos. Segundo Madeira (2006) o usuário da assistência era visto como “favorecidos” e não como cidadão que tinha direito a utilizar os serviços ou ações de Assistência Social oferecidas pelas entidades assistenciais.

A Assistência Social era praticada no campo da benevolência e não compreendida como a política social, pois estava organizada a partir de ações pontuais, fragmentadas e emergências as políticas que antecederam a década de 1930, estava prioritariamente voltada para as questões trabalhistas, onde tinham acesso somente aqueles que estava inserido no mundo do trabalho e que tinham suas ocupações reconhecidas por lei.

Num contexto contraditório e tenso em que o capitalismo monopolista se consolidava e exigia do Estado um posicionamento frente aos processos de regulação social e os embates entre as classes sociais, assim a profissão se institucionalizava como um dos recursos mobilizados inicialmente pelo Estado e posteriormente pelo empresariado para enfrentar as expressões da questão social ,especialmente as vinculadas as condições objetivas de vida da classe trabalhadora e empobrecida , o que apontava que os problemas vivenciados pela classe não dominante começavam a ganhar visibilidade na cena política (SIQUEIRA, 2009).

Entende-se que as implantações das políticas sociais eram de interesses capitalistas, ou seja, no processo de amenização dos movimentos do proletariado e do conformismo dos trabalhadores do processo produtivo mediante as reivindicações dos trabalhadores o capitalismo estava sentindo-se ameaçados, pois o processo de produção poderia a qualquer momento decair.

Nesse mesmo período avaliava-se formas de superação do caráter filantrópico da assistência, buscando a ideia de caracteriza-la como uma política voltada para atender a quem dera necessita. Como ponto inicial para essa ideia surge o serviço social em 1936 no Brasil. Segundo Iamamoto e Carvalho (2006, p. 127).

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam,

principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada.

No decorrer desse momento histórico aconteciam vários movimentos sociais dos trabalhadores para o seu reconhecimento da questão social como problema público, sendo assim o serviço social inicia-se neste cenário para trabalhar nas expressões da questão social por meio das políticas públicas.

Então o Estado passa a reconhecer a questão social enquanto questão pública ele passa a criar instituição para as problemáticas sociais e para conquistar a população buscando, mostrar sua preocupação e atenção aos trabalhadores brasileiros necessitados. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2006).

Dessa forma, novos pensamentos surgem com o objetivo de viabilizar o atendimento dos cidadãos e para tentar solucionar os problemas sociais que interferem no desenvolvimento dos sujeitos, enquanto sendo provedor de seu direito constituído pelos movimentos sociais que lutaram para a sua efetivação diante das expressões da questão social.

Nas décadas de 1980 e 1990 o Serviço Social consolida a construção de um novo projeto ético-político profissional desfazendo com o conservadorismo histórico da profissão, passa a reconhecer a liberdade como valor central se comprometendo com a autonomia e a emancipação dos sujeitos sociais, se desdobrando na defesa dos direitos humanos, na recusa do autoritarismo e na eliminação de toda forma de preconceito. (IAMAMOTO,1999, CFESS,1993). Passa a se direcionar, segundo Netto (2006):

(...) a favor da equidade e justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia de direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considera a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (NETTO, 2006 p. 16).

A partir desse novo projeto ético-político profissional, o serviço social passa a ter como matriz teórica a vertente marxismo teoria crítica, e tem seu projeto voltado para a classe trabalhadora visando a consolidação dos direitos sociais passando a intervir na realidade social tendo em vista, as mudanças ocorridas na sociedade tentando desmistificar através da sua totalidade.

O serviço social atua na sua ação no enfrentamento das condições sociais seja ela nos mais variados campos, visando intervir sobre as suas situações de vulnerabilidade e risco social, contribuindo para uma abordagem global que vai além da demanda apresentada onde o

profissional dispõe de estatuto jurídico reconhecido pela lei 8.662 de 7 de junho de 1993 e do código de ética profissional que estabelece os princípios fundamentais da profissão.

Segundo Yamamoto (2009), o serviço social é uma profissão reconhecida é uma profissão reconhecida como especialização do trabalho inscrita na divisão sócio técnica do trabalho na sociedade capitalista que atua, na relação entre o Estado e a sociedade e na produção e reprodução da vida social dos assistidos na garantia de seus direitos.

Por isso, é possível dizer que o serviço social é de extrema importância, pois permite que se construa uma ponte entre o Estado e a sociedade a fim de que possamos resguardar os direitos de todos, conforme a legislação que vigora na carta magna maior do país com todos os seus direitos perante a sociedade brasileira.

Pois diante dessa perspectiva é que cabe ao assistente social desenvolver um papel de protagonista nesse novo modelo societário, no sentido da promoção da cidadania da construção e do fortalecimento de redes sociais e de integração entre as ações e serviços. Assim como afirma Miotto e Nogueira (2007).

[...] as ações profissionais se estruturam sustentadas no conhecimento da realidade e dos sujeitos para as quais são destinadas, na definição de objetivos considerando o espaço dentro do qual se realiza, na escolha de abordagens adequadas para aproximar-se dos sujeitos destinatários da ação e compatíveis com os objetivos. Finalmente, implica na escolha de instrumentos apropriados às abordagens definidas e também de recursos auxiliares para sua implementação. Todo esse processo se opera com base no planejamento, na documentação e num apurado senso investigativo, (MIOTTO E NOGUEIRA, 2007, p. 281)

O exercício profissional do assistente social é centralizado pelo traumas das relações e interesses sociais que diz respeito a sociedade do capital pois faz parte do sistema, então as ações do serviço social no enfrentamento frente aos conflitos familiares é de suma importância para pode contribuir na vida de cada indivíduo pois é novo desafio para poder intervir em cada relação pois são problemas familiares diferentes.

Os (as) Assistentes Sociais atuam nas manifestações mais contundentes da questão social, tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos das classes subalternas em suas relações com o bloco do poder e nas iniciativas coletivas pela conquista efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas, (IAMAMOTO, 2009, p. 5).]

Então os Assistentes social trabalham com as mais variadas expressões cotidianas da questão, que por serem cotidianas exigem uma compreensão da realidade em que o profissional esta inserido e das mudanças que vem ocorrendo na sociedade, com isso é preciso ressaltar a importância do olhar mais crítico dos assistentes sociais para as transformações sociais que atuam na vida das famílias para que obtenha resultado em suas ações.

O papel do Assistente social diante de tal demanda se mostra de suma importância no que diz respeito ao conhecimento da realidade desses sujeitos os fatores socioeconômicos, éticos e culturais, e na articulação necessária com o seu meio familiar e comunitário, assim como os demais serviços de enfrentamento, observando os possíveis fatores que levaram a presente situação, para a partir daí buscar alternativas que tornem possível com o rompimento desses conflitos familiares.

Então podemos ressaltar que o profissional de serviço social na sua área de atuação deve buscar para que os direitos não só das crianças e adolescentes sejam garantidos, mas como de toda a sociedade, tendo um compromisso com a qualidade dos serviços prestados pautado no seu projeto ético político e na luta pela emancipação e autonomia dos indivíduos.

Pois é de suma importância o serviço social intervir nos conflitos familiares estar presente na vida das famílias e dando suporte com a sua rede de proteção dando dentro do próprio lar dessas famílias, como fora para que seja efetivada a realização de seus direitos como está regida na Constituição Federal de 1988 que garante seus direitos perante a todos como cidadãos.

CAPITULO III – OS IMPACTOS CAUSADOS DOS CONFLITOS FAMILIARES FRENTE AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Neste capítulo, apresentou-se a relevância do processo metodológico para a realização desde trabalho, discorrendo sobre a pesquisa e os seus objetivos propostos, tendo como as respostas alcançadas que são referentes as hipóteses levantadas do início do projeto de pesquisa acadêmico.

Posteriormente, analisou-se os dados coletados neste estudo, então desde modo refletimos sobre a ação da equipe interdisciplinar do Centro de Referência da Assistência Social-CRAS Francisca do Socorro de Milagres-CE no envolvimento do trabalho em rede com o Sistema de Garantia de Crianças e Adolescentes frente aos conflitos familiares como logo após mostra-se a apresentação e a análise dos dados obtidos.

3.1 – CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO METODOLÓGICO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO.

Para tratar a metodologia do estudo, informa-se que as matérias e métodos utilizados no presente estudo são de caráter bibliográfico para melhor aprofundamento da problemática

e seus parâmetros. Para tanto, realizamos técnicas de pesquisa, a partir de matérias publicadas em livros, artigos, dissertação, monografias, teses, observação de participantes, diários de campo e matérias de internet para análise inicial, escolha seleção de conteúdo para a estrutura do trabalho, além da interpretação.

Ressaltamos que a pesquisa bibliográfica é aquela que se desenvolve tentando explicar um problema a partir das teorias publicadas em diversos tipos de fontes. Esta é desenvolvida através de materiais acessíveis ao público em geral e que norteiam o desenvolvimento de novos trabalhos científicos, sendo este um instrumento bastante seguro e que pode ser desenvolvido em diferentes etapas, assim como mostra Gil (2002): “qualquer tentativa de apresentar um modelo para o desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica deverá ser entendida como arbitrária. Tanto é que os modelos apresentados pelos diversos autores diferem significativamente entre si” GIL (2002, p. 60).

O principal objetivo foi refletir sobre as divergências da política de atendimento básico, a partir da rede de proteção social que compõe o sistema de garantia de direitos na busca de mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos das Crianças e Adolescentes, frente aos conflitos familiares.

Nesta perspectiva, a pesquisa utilizada no presente estudo caracterizou-se pela abordagem qualitativa e exploratória descritiva, que, segundo Richardson (2008, pg.79), “é uma abordagem que além de ser uma opção do investigador justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. Contribui também para compreensão dos aspectos subjetivos que envolvem o trabalho da equipe interdisciplinar do Centro de Referência de Assistência Social de Milagres-CE.

Pois qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica que permite ao pesquisador conhecer o que já estudou sobre tal assunto existem pesquisas científicas que se baseiam-se diretamente na pesquisa bibliográfica pesquisando referências teóricas expostas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema ao qual diz respeito para obter respostas.

Uma pesquisa descritiva possui caráter bibliográfico, pois livros e artigos foram esmiuçados para elaboração do referencial teórico. Para Fonseca (2002) a pesquisa bibliográfica é feita a partir dos levantamentos de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites.

O interesse dessa pesquisa iniciou a partir da vivência no estágio supervisionado I e II, realizado no centro de Referência de Assistência Social-CRAS Francisca do Socorro através

do curso de Serviço Social, onde observou – se o funcionamento do grupo de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, no qual abrange muitas crianças e adolescentes que gostam de participar das atividades ofertadas pelo serviço.

Pois a proposta da pesquisa deu início no ano de 2019 com o projeto de pesquisa e consolidou –se no atual ano 2020, durante os meses de julho agosto, setembro para o recolhimento do material bibliográfico, outubro e novembro e dezembro para a análise dos dados categorizados a partir dos autores e obras utilizadas para a análise de dados coletados. Pois haja em vista um elo produtivo de trabalho visando a revisão frente aos conflitos familiares que coincidem também em adentrar na história relacionada ao sofrimento e suas fragilidades. Então dessa maneira compreende-se que estas possibilidades se articulam a perspectiva ético- político e suas intervenções tendo como seu objetivo como compromisso aos plenos direitos humanos nas suas bases teóricas – metodológica.

Marx (1985) apenas por meio de um processo de análise correta dos elementos da realidade é possível compreender o real de forma científica. Sobre a necessidade de análise promovida pela abstração afirma o filósofo no prefácio da primeira edição de O Capital: "na análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem o microscópio nem reagentes químicos. A capacidade de abstração substitui estes meios. o concreto é o concreto porque é a síntese da análise de muitas determinações {...} por isso o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação abstratas conduzem a reprodução do concreto por meio do pensamento (MARX, 1985, p.14)

O método em Marx é o método dedutivo, parte do particular para o geral, do simples para o complexo. É do particular que se pretende chegar à totalidade, por isso significa dizer que em nossas pesquisas devemos desvendar o real no seu particular, buscando suas especificidades e determinação por meio da mediação, buscando todos os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.

3.2 POTENCIALIZANDO O FORTALECIMENTO DAS AÇÕES: O SERVIÇO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE FORMA LÚDICA NO CRAS FRANCISCA DO SOCORRO DE MILAGRES-CE.

Sabe-se que o Centro de Referência de Assistência Social-CRAS é a porta de entrada da assistência social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de assistência social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade.

A partir do adequado conhecimento do território, o CRAS promove a organização e articulação das unidades da rede sócioassistencial e de outras políticas públicas. Assim

possibilita o acesso da população aos serviços benéficos e projetos da assistência social, se tornando uma referência para a população local e para os serviços setoriais.

Pois para plena e efetivação dos direitos da criança e adolescentes frente aos conflitos familiares, é necessária intervenção de diversos órgãos e autoridades, o chamado trabalho em rede, que embora possuam atribuições específicas a desempenhar, tem igual responsabilidade na apuração e integral solução e enfrentamento dos problemas existentes, tanto no plano individual quanto coletivo.

Como indicado, a rede, em seu sentido mais amplo, está previsto pelo ECA, constituindo uma estratégia indispensável na arquitetura do conceito de Proteção Integral. De acordo com Oliveira et al (2006):

A concepção de rede permite que novos parceiros se agreguem, ampliando o espectro inicial de instituições e, portanto, de alternativas de intervenção. Por isso, ampliar parceiros, envolver instituições governamentais e não-governamentais e a comunidade são diretrizes que norteiam a rede de proteção. Como partícipe de uma rede, cada um tem o seu papel. Isso implica em mudanças de postura e prática de não envolvimento e de passar o problema adiante, tanto nos serviços como na própria comunidade. (OLIVEIRA et al, 2006, p. 144)

Para um fortalecimento de uma rede, é essencial que os distintos atores das organizações envolvidas se integrem não somente para trocar experiências, mas principalmente para enfrentar problemas concretos e comuns, cuja solução não está ao alcance de um isoladamente. O CRAS do Município de Milagres-CE fica localizada na rua Nossa Senhora dos Milagres, bairro Francisca do socorro, sendo composto por duas assistentes social, um psicólogo, uma recepcionista, dois orientadores sociais e um coordenador, uma merendeira, e um serviço gerais.

Pois podemos dizer que o CRAS é uma porta de entrada para os indivíduos, tendo como seu objetivo a prevenção para os problemas dos usuários e da comunidade não se agrava cada vez mais e poder solucionar cada um dentro desse órgão público para não direcionar para outra instituição os seus receptivos problemas.

Então busca – se conhecer dentro dessa unidade quais os serviços ofertados a comunidade e aos seus usuários, as atividades sistemáticas desenvolvidas no CRAS acontecem a partir de atendimentos e acompanhamentos psicossocial, visitas domiciliares, acompanhamentos dos casos, busca ativa, encaminhamento para outros serviços, parcerias com o CREAS, Conselho tutelar, Ministério público e com os demais programas sociais e rede socioassistenciais.

O trabalho que não se faz sozinho e sim em parcerias com todos em prol dos benefícios para a melhoria de vida dos seus usuários em geral, pois a assistência social tem como seu caráter para quem dela necessita, independentemente de sua condição financeira ou não é os direitos de todos perante a carta magna da Constituição federal de 1988.

FIGURA I - ESPAÇO INSTITUCIONAL ONDE FUNCIONA O CRAS FRANCISCA DE SOCORRO DE MILAGRES -CE



Fonte: Centro Referência da Assistência Social-CRAS Francisca do Socorro de Milagres-CE

Pois a missão dos Centros de Referência de Assistência Social-CRAS's consiste em promover a proteção social para a redução das desigualdades, assim como requerer a inclusão social e produtiva das pessoas, por meio da efetivação e descentralização das políticas de Trabalho e Assistência Social tendo como objetivo prevenir ocorrência de situação de vulnerabilidades e risco social, nos territórios, por meio do desenvolvimento de

potencialidades, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania de seus assistidos, inclusive as crianças e adolescentes.

O CRAS do Bairro Francisca do Socorro no Município de Milagres –CE tem como público prioritário em suas ações os beneficiários da assistência social, como o Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou outros benefícios da Assistência Social, ou ainda famílias em situação de vulnerabilidades social devido a fragilização dos vínculos familiares ou com a comunidade. (Diagnóstico, CRAS, 2020).

Nos foi relatado que o principal serviço ofertado pelo CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), desenvolvido principalmente em grupos busca a participação da família para promover orientações e prevenir situações de vulnerabilidades ou violência. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) busca reunir as pessoas, nas suas respectivas faixas etárias, crianças e adolescentes ou idosos, para o desenvolvimento de ações em grupos visando a proteção a situações de vulnerabilidades e violências.

Diante desse contexto geral sobre os conceitos dos serviços ofertadas na atenção básicas com o SCFV e o PAIF, o equipamento executa essas intervenções de acordo com as demandas postas que o mesmo recebe, busca oferecer com qualidade os serviços tanto para as famílias cadastradas no grupo, quanto para o grupo de crianças e adolescentes, adultos e idosos.

Sendo assim, o grupo de crianças e adolescentes do equipamento CRAS – Francisca do Socorro, demonstrar ser participativo em todos os eventos e atividades que são ofertadas para eles, onde as principais atividades, atividades físicas, artesanato, pinturas, desenhos, dentre outros. Sempre quando ocorrem eventos culturais na cidade ou em outras cidades vizinhas, os técnicos e a coordenadora providenciam meios de leva-los para as apresentações, pois as crianças e adolescentes gostam de participar pois na cidade não tem muitas atividades para participar.

FIGURA II – AS CRIANÇAS NO DESENVOLVENDO ATIVIDADES.



Fonte: Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Francisca do Socorro de Milagres – CE.

FIGURA III – AULA DE CAPOEIRA REALIZADO NO CRAS FRANCISCA DO SOCORRO MILAGRES – CE.



Fonte: Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Francisca do Socorro de Milagres – CE

O CRAS também oferece oportunidades para os adolescentes que estão em busca do primeiro emprego, fornecendo capacitações e cursos profissionalizantes com parcerias da Secretaria de Assistência Social e Trabalho, que a emancipação dos usuários que são acompanhados pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, em alguns casos, ocorre uma burocracia em relação aos documentos exigidos pela instituição, pois são de normas.

O CRAS também oferece oportunidade para os adolescentes que estão em busca do primeiro emprego, fornecendo capacitação com o programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS) e cursos profissionalizantes com parcerias da Secretaria de Assistência Social e Trabalho, que busca a emancipação dos usuários que são acompanhadas pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, em alguns casos, ocorre uma burocracia de documentos que faz parte do processo.

O mesmo tem parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC, onde oferece capacitação e aulas de artesanatos para os diversos grupos, tendo como objetivo para que seja um trabalho futuramente que possa contribuir na renda familiar e sendo também um meio de emancipação humana.

Pois vale salientar que dentro desse sistema de garantia de direitos para as crianças e adolescentes há um conjunto de instituição, que entregam as instancias governamentais ou da sociedade civil, que trabalham em prol de efetivar os direitos, proteção, defesa e controle das crianças e adolescentes nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

3.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: COMPREENDENDO A REALIDADE ATRAVÉS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.

A compreensão do referente trabalho se deu através de leituras bibliográficas, diários de campos, sites e entre outros meios de intervenção para se apropriar do representante tema proposto que o mesmo possa ter continuidade adiante, despertando interesse entre outros acadêmicos do curso de Serviço Social.

No primeiro e segundo capítulos foram utilizados como referência os autores bem conhecidos durante a graduação referente ao tema abordado como por exemplo: (GALVÃO, 2003, p. 02) em sua citação falando sobre a Política da Assistência Social pois falar sobre essa devida política é pensar nos benefícios que a mesma oferece para os seus usuários, e o tema proposto para esse trabalho foi mostrar que a Política tem como o seu principal elemento a família como sua base.

Foram também destacados outros como: Yasbec, 2006 sobre a política da LOAS, Mota, 2010, discutindo a política da proteção básica, a famosa do Serviço Social segundo Yamamoto, 2010, o conceito de questão social e Guimarães, 2014, p 02 sobre a definição de famílias, entre outros autores que contribuíram para a efetivação desse trabalho.

Com isso foi obtido questionamentos para suprir os objetivos proposto diante dessa pesquisa que despertou curiosidade no campo do estágio acadêmico, pois destacamos como inicialmente a primeira pergunta: quais os impactos causados pelos conflitos familiares na

vida das crianças e adolescentes? Segundo a seguinte resposta foi: sentimento de tristeza enfatizando a sensação de medo, angustia, durante o seu processo de vida.

Os conflitos conjugais são inerentes ao convívio dos casais e até mesmo necessários para que os cônjuges possam resolver determinados aspectos da vida a dois. Entretanto, toda a família que coabita com um casal em conflitos fica exposta a tais situações, pois no Brasil, estatística recentes indicam que aproximadamente 73 % dos casais moram com seus filhos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010), portanto, é natural que os filhos percebam, e até mesmo testemunham, episódios de conflitos entre os pais.

Outra indagação se deu se às crianças e adolescentes poderá vir a reproduzir os conflitos familiares que são posto em suas vida no dia- a -dia? As experiências familiares oportunizam a formação de repertório de comportamento, de ações e resoluções frente aos problemas (Dessen e Polônia, 2007), pois é no seio familiar que aprende a lidar com os conflitos, a controlar suas emoções, a demonstrar os diferentes sentimentos que permeiam as relações e a lidar com a vida e com suas diversidades.

Qual o perfil dessas famílias que vivem em conflitos? São famílias que vivem em favelas, periferia, que não tem acesso a benefício, onde um único membro da família trabalha para sustentar o lar, ou na maioria das vezes não é assalariado, sobrevivem de `bicos` para colocar o pão de cada dia em casa.

Os conflitos familiares são frutos da expressão da questão Social? A questão não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado é a manifestação, no cotidiano da vida passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO E IAMAMOTO).

Pois são devidas as expressões sociais que muitas famílias vivem em conflitos familiares, pois as desigualdades sociais contribuem muito em relação a todos esses fatores que torna os conflitos dentro dos lares, frente as crianças e adolescentes que de certa forma envolve muito eles a ter que presencia toda essa situação.

Então é através da realidade de casos e casos de famílias que desvela a situação de cada uma, sendo como as vulnerabilidades sociais que contribuem devido as expressões da questão social intervém no seio familiar e envolve toda questão em sua volta e foi por este motivo na experiência do estágio I e II no CRAS onde resido que me chamou atenção para desenvolver este trabalho, pois é muito gratificante você conhecer a sua própria realidade.

Com isso os diários de campo que faz parte do processo do estágio, será referência nesse presente trabalho pois, contribuem muito para o desenvolvimento acadêmico e também

sempre tem aquele caso, a visita, a entrevista, a família que de certa forma ficar marcado em nossa memória que nos envolve com toda aquela situação.

Consta no diário de campo (novembro de 2019) atendimento realizado no Centro de Referência de Assistência Social no que trata da intervenção por meio de Visita domiciliar a duas famílias, uma delas que estava requerendo o Benefício Eventual de cesta básica e outro benefício era o aluguel social a primeira estava requerendo uma cesta básica era seis pessoas, com duas crianças pequenas, pois estava passando por necessidade nem a assistida trabalhava e nem seu esposo de vinte anos pois estava com problemas de saúde e com processo judicial devido o crime que cometeu, já o outro atendimento foi na casa de o usuário que estava requerendo o aluguel social, também estava passando por problemas de saúde e não estava naquele momento em condições de pagar aluguel pois estava gastando muito com o tratamento que é bem grave e de delicado de certa forma. (Diário de Campo, Novembro, 2019)

Os serviços mais procurados no CRAS são os benefícios do aluguel social e cesta básica, pois seu público alvo são pessoas que se encontra em situação de vulnerabilidade social e ainda a política da Assistência Social ela é seletiva pois escolhe dos pobres ao extrema pobreza ou seja todos estão no mesmo requisito, mais ainda tem que selecionar e isso durante o estágio mostrou como é complicado trabalha na Assistência Social e ao mesmo tempo bom pois torna profissionais desviadores em busca cada vez mais de novos conhecimentos.

Os benefícios eventuais estão previstos desde 1993 em todo país da LOAS. O reconhecimento destes benefícios como dever do Estado se deu pela necessidade de se fazer presente na vida do cidadão em situações atípicas ocorridos em seu cotidiano, pois o caráter do benefício eventuais é de acolher as situações incomuns. Segundo Bovolenta (2015), o eventual corresponderia ao que é inesperado, fora do comum, diferente do que ocorre na vida do cidadão, pois reconhece-se que a necessidade dos benefícios pode gerar uma situação de vulnerabilidade temporária na vida do indivíduo afetando também a sua família, podendo mudar a dinâmica familiar.

As famílias que se encontra em situação de conflitos familiares procura o CRAS para que as crianças e adolescentes participem dos grupos, pois é o meio onde os mesma tenha um pouco de lazer e diversão fora de casa para poder se alimentar, brincar, desenvolver suas ações, pois são famílias que estão passando por momentos difícil devido as expressões da questão social que o cercam.

Por isso é de suma importância a equipe trabalhar em rede em composto com todas as outras instituições socioassistenciais para poder desenvolver o trabalho mais eficaz e dar

resposta para os seus usuários, pois um trabalho que envolve vários profissionais capacitados em prol do bem estar do povo pois são através de um bom atendimento que suprir as necessidades de cada família.

Trabalhar em rede, buscando materializar a interdisciplinaridade e a intersetorialidade como premissas frente aos conflitos familiares, exige “reconhecer que todos os indivíduos e organizações são dotados de recursos, de capacidades, de possibilidades e que, também, são possuidoras de fragilidades, de carências e limitações” (MOTTI; SANTOS, 2010, p.109).

Diante do exposto, podemos dizer que há a necessidade de fortalecimento de ações que promovam a articulação entre o trabalho desses diversos setores que integram a rede protetiva de crianças e de adolescentes do município em contexto. Ressaltemos que o vislumbre dessa possibilidade, visto que há determinado nível de atuação em rede.

Pois diante de uma boa equipe para desenvolver suas atividades em favor aos que necessita, esse trabalho através das referências bibliográficas, da experiência do campo de estágio, de sites e entre outros meios de pesquisa nos mostra que a família é a principal referencia que temos para qualquer tipo de política.

A prática profissional reduzida, portanto, à mera identificação das demandas e a seu atendimento focalizado, mobiliza um suporte teórico bastante elementar, cuja análise não ultrapassa o nível da aparência e escamoteia o real significado das mesmas no contexto antagônico das relações sociais capitalistas (SIMIONATTO, 2009, p. 101)

Pois uma equipe que vá além de seus conhecimentos para pode ter e fazer uma atuação sendo um trabalhador capacitado que possa desempenhar uma função adequada aos seus usuários, juntamente com todos os colaboradores em prol do benefício das famílias mais vulneráveis que vão ao procurar do CRAS.

Consta no diário de campo (novembro de 2019) atendimento realizado no Centro de Referência de Assistência Social no que trata da intervenção por meio de Visita domiciliar a duas famílias, (novembro, 2019)

Esse senhor que estava com o câncer no pescoço o caso bem complicado oram feitas varias visitas e atendimento a ele pois seu caso era bem complicado ele fazia tratamento na cidade de Barbalha ceara ia tocar os curativos toda semana e gastava muito do seu bolso a assistente social foi até na secretaria de saúde conseguir o carro para as trocas desse curativos ,ele também ia precisar para fazer quimioterapia em fortaleza ceara e suas despesas lá também , a assistente social se locomovia para a secretaria todas vez pois a assistente social de lá estava de férias e esse senhor não tinha com quem contar para resolver essas coisas , hoje ele

conseguir o que mais foi requer o aluguel social e se encontra no estado de saúde bem melhor do que como estava antes, ainda o pouco debilitado devido a doença mais ele é daquelas pessoas que não se deixa abalar com os problemas o homem de uma fé enorme que acredita que tudo dará certo.

No Brasil, o Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741 de 1 de outubro de 2003) é um estatuto no qual são estabelecidos os direitos dos idosos e são previstas punições a quem os violarem, dando aos idosos uma maior qualidade de vida. Por essa lei em vigor os filhos maiores de 18 anos são responsáveis pelo bem estar e saúde dos pais idosos. Por essa lei, em vigor no Brasil, é considerado idoso as pessoas a partir dos 60 anos de idade e impõe as penalidades a quem infringir a lei.

- "Artigo. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos."
- "Artigo. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade."
- "Artigo 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária."

IMPRESSÃO PESSOAL: o aluguel social desse senhor não foi fácil, custou e muito pois era muitos de prioridade e prioridade mais o jeito desse a paciência o respeito pelo profissionais sem colocar a culpa neles e principalmente na minha técnica o vínculo que eles tiveram até comigo mesmo como estagiaria foi muito bonito em se ver e a fé uma pessoa positiva nunca tinha se visto o usuário assim que não deixava a doença lhe acabar e esse aluguel social para ele era de muita importância e iria fazer toda diferença em sua vida.

Esse caso desse senhor chamou atenção durante o período do estágio e até hoje quando vejo esse senhor pois ele não tem nenhum parentesco aqui na cidade, convive com uma mulher mais nova que ele e a mesma lhe trai, mas mesmo com tudo isso em sua vida e a doença que tem não deixa os obstáculos da vida lhe abalar é uma pessoa que é bem positiva e aquele aluguel social que estava requerendo fazia suma importância para sua vida naquela época.

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, cofinanciamento da política pelas três esferas de governo e definição 22 claras das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação (BRASIL, 2005c, p. 39).

Pois o público alvo da Assistência Social são essas pessoas que vivem em situação de risco e de vulnerabilidade social que vão até a procura do serviço pois não sabem mais como lidar com a atual situação que se encontra devido as expressões sociais posta pela demanda da sociedade e atinge principalmente este público alvo.

Consta no diário de campo (novembro de 2019) atendimento realizado no Centro de Referência de Assistência Social no que trata da intervenção por meio de Visita domiciliar a duas famílias, (novembro, 2019)

A outra situação de cada uma e bem complicada não tem como de certa forma fechar os olhos para aquela realidade pois a família da assistida com seus dois filhos e seu esposo de 21 anos que estava requerendo o benefício da cesta básica vive numa situação de extrema pobreza , seu esposo estava com problema de pulmão e não estava em condições de trabalhar , ela relata que sobrevive do bolsa família e além desse problema de saúde de seu esposo tinha também outro problema para resolver e não sabia onde recorrer pois precisava de o advogado pois seu esposo tinha que comparecer no fórum pois alguns meses atrás cometeu crime por trágico de drogas pois relata que apesar que sabe que isso e errado e o meio mais fácil de sobreviver , esta família esta sendo acompanhado pelo CRAS.

Os benefícios eventuais constituem um direito social legalmente assegurado aos cidadãos brasileiros no âmbito da proteção social básica, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). previsto desde 1993 pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), se inscrevem no rol de previsão procedente da gestão Municipal e estadual da política da Assistência Social, cuja sua responsabilidade de sua regulação ficaram a cargo dos respectivos conselhos.

Os benefícios assistenciais tem sua suma importância para as pessoas que dela necessita, pois são os serviços mais procurado no equipamento que ainda faz seleção para ser

beneficiados pois são famílias carentes uma situação mais complicada que outra e para os usuários esses benefícios fazem diferença em sua vida nem que seja por aquele determinado momento que se encontra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referente trabalho de conclusão de curso possibilitou apreender conhecimentos sobre a o referido tema abordado, no que trata da importância da Política da Assistência Social x Família: os impactos causados na vida das crianças e adolescentes frente aos conflitos familiares, destacando –se a estrutura do conceito da família e todos seus aspectos envolvidos seja ele qual for, diante da sociedade.

Debatemos a seguir os resultados alcançados a partir dos objetivos propostos: objetivo geral: identificar os impactos causados pelos conflitos familiares na vida de crianças e adolescentes. Objetivos específicos: conhecer a realidade das famílias e os tipos de vulnerabilidade social que as assolam; compreender as políticas existentes para as crianças e adolescentes em situação de conflitos familiares; desvelar o processo de intervenção do Serviço Social em famílias que vivem em conflitos familiares.

Pois sabemos que diante da nossa atual conjuntura ainda existem muitas famílias que passam por situação de vulnerabilidade social que são frutos devido as expressões da questão social onde são os principais protagonistas dessa realidade, onde sobrevivem com o mínimo necessário para garantir a sua existência perante a tantos obstáculos da vida.

Diante desse contexto, contemplamos a legislação vigente, que garante a realização efetiva das ações executadas pelo os órgão públicos responsáveis que deve ser pautada em uma construção saudável entre a relação da família e sociedade, que visa para a contribuição de desenvolvimento da rede de proteção que assegura a plenitude do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Sendo assim, o Estado como provedor de direitos em prol da assistência das crianças e adolescentes, Lei n. 8.069 de 1990 vem ressaltar no seu artigo 227 que é dever da família, da comunidade em geral e do Estado assegurar a criança, e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, enfim a todos os seus direitos que gozam diante da Constituição Federal de 1988 para obter uma vida digna.

No intuito de atender os objetivos do estudo, de modo a identificar os impactos causados pelos conflitos familiares na vida de Crianças e Adolescentes, obtemos correspondência perante a pesquisa, pois devido os conflitos familiares pode-se vim acarretar diversos fatores na vida das Crianças e Adolescentes independentemente de qual classe social seja, mas sabemos que aquelas famílias que se encontra em situação de vulnerabilidade social são os principais afetados.

Portanto, no aspecto social podemos considerar que este trabalho é importante e diferente sobre as outras propostas de trabalho pois quando se pensa na Política da Assistência Social é se pensar em seus benefícios e não em famílias o bem estar delas, e com essa perspectiva podemos ter um olhar crítico e analítico para as crianças e adolescentes que são vítimas de conflitos familiares devido as demandas da sociedade.

A relevância deste trabalho para o meio acadêmico é ter uma visão mais crítica e olhar para o próximo principalmente para as crianças e adolescentes que presencia conflitos familiares devido às expressões da questão social onde os profissionais do espaço sócio ocupacionais possam contribuir de acordo com sua capacidade de trabalho qualificado, onde os mesmos possam se sentir acolhido diante das situações que vivência.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2a edição, Rio de Janeiro, 2005.

ATAÍDE, Silva. **Estatuto da Crianças e adolescentes atendimento à criança e ao adolescente**. Rio de Janeiro: 2014

AUGUSTO, Luís Fernando. **A evolução da ideia e do conceito de família**. Disponível em: <https://advocaciatpa.jusbrasil.com.br/artigos/176611879/a-evolucao-da-ideia-e-do-conceito-de-familia>> Acesso em 12 de setembro 2020.

AZEVEDO, A.; GUERRA, A. N. V. **Infância e Violência Doméstica: fronteira do Conhecimento**/ Maria Amélia Azevedo, Viviane N. de A. Guerra, (Organizadoras). – 6ed – São Paulo: Cortez, 2001.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. Cortez. 6ª ed. São Paulo: 2009. 1993.

BRASIL. Comissão Intergestores Tripartite. **Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (Resolução n. 07, de 10 de setembro de 2009)**. Brasília, MDS: 2009.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Norma Operacional Básica (NOB/Suas). Brasília: MDS, 2005.

_____. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOBRH/SUAS**. Resolução CNAS n.º 269, Brasília, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009)**. Brasília, MDS: 2009.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/Suas)**. Brasília: MDS, 2007.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Assistência Social: Reflexões sobre a política e sua regulação**. Mimeo, novembro, 2004.

CECRIA/AMENCAR/UNICEF. **Dez anos de estatuto da criança e do adolescente: avaliando resultados e projetando o futuro. Relatório de Pesquisa**. Brasília, DF: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2000.

CUTTER, S. L. **A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 93, Junho, 2011, pp. 59-69.

ENGELS, Friedrich. **Quota-Parte do trabalho de hominização de macaco**. In: Marx/Engels: **Obras Escolhidas**. Lisboa Moscovo, 1985, p. 71-83.

ESPECIALIZAÇÃO “ATENDIMENTO À CRIANÇA E ADOLESCENTE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA” DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Considerações sobre sua importância. Departamento de Serviço Social, PUC-Rio, 2003.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002

GARCIA, R.; MATOS, R. **A distribuição espacial da vulnerabilidade social das famílias brasileiras. Trabalho apresentado no Seminário População, Pobreza e Desigualdade.** Belo Horizonte, MG, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Hebe Signorini. **Infância e Violência no Brasil.** Rio de Janeiro, Editora GUEIROS, Dalva Azevedo. **Família e Proteção Social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. Revista Serviço Social e Sociedade nº 71, ano XIII.** Ed. Cortez, São Paulo, 2002.

IAMAMOTO, M. V. **O trabalho do Assistente Social frente as mudanças do padrão de acumulação e de regulação social.** In: **Capacitação em Serviço e Política Social: modulo 1: Crise contemporânea, questão social, e Serviço Social /CEFESS, ABEPSS, DF: CEAD,** 1999. P. 1112-128.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A Questão Social no Capitalismo. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.** Ano. 1, n.3 (Jan/Jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin.

implantação. In: **O Social em Questão; revista do mestrado do departamento do In: Serviço Social e Sociedade – Mínimos Sociais e Exclusão Social.** nº 55, ano XVIII,

MADEIRA, Kátia Regina. **As Conferências Municipais de Assistência Social de Florianópolis como instrumento de planejamento da política de Assistência Social em âmbito local.** Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 08/10/2020

MARTINS, EBC. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania [on line]**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em 20 de nov. 2018.

MIGUEL, C.M.,. **Assistência social como filantropia**. Editora Sextante. 2006

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Família e Serviço Social – contribuições para o debate**. Rio de Janeiro. Litteris. Ed. Kroart: Fundação Bento Rubião, 1998

MOTA, Ana Elizabeth. et al “**As tendências da política de assistência social, o SUAS e a formação profissional**” In: **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NAU, Costa, In: DINIZ, Andréa; CUNHA, José Ricardo. **Visualizando a política no Brasil**. 2003

NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto ético-político do Serviço Social** In: Mota, A. Elisabete et al(orgs). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez, OPAS OMS, Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: Acesso em: 08 de out. 2020.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social. Lei Federal nº 8.742/1993**. Brasília, DF: MP

OSORIO, Luís Carlos. **A família como Grupo Primordial**. In: ZIMERMAN, David E.; Editora Cortez, novembro 1997.

PEDERSEN, JAINA RAQUELI **Abuso Intrafamiliar: Ao Seu Enfrentamento**. Dissertação de Mestrado. Faculdade De Serviço Social Mestrado Em Serviço Social. Porto Alegre, 2010

PEREIRA, Almir Rogério. **Histórico da política de atendimento à criança e ao adolescente**. Editora Guanabara, 1981.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito de Família Contemporânea**. Belo Horizonte: Del Editora Guanabara, 1991.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books.

PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books .Rey, 1997. Serviço Social da PUC-RIO. Rio de Janeiro, v.6, n° 6, 2001.

YASBEK,M.C. **As ambiguidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS**. Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXV, n° 77, p. 11-29, mar. 2004.